

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 082

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 061ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Há sobre a Mesa requerimento de licenciamento de autoria do Sr. Marcos Isfer, constante do expediente, solicitando licença deste Poder Legislativo para assumir uma das Secretarias do Município de Curitiba. Vou submetê-lo a votos.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

Aprovado.

Convoco o 1º Suplente, Deputado Luiz Carlos Martins para assumir o cargo. De acordo com o § 7º, Artigo 4º, fica dispensado o juramento constitucional.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1484

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na votação da Redação Final ao Projeto de Lei nº 346/99, referente à Mensagem Governamental nº 012/99, que trata do saneamento do BANESTADO, item 08 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Nelson Garcia, Algaci Tulio, Augustinho Zucchi e Hermas Brandão.

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a dispensa da Redação Final ao Projeto de Lei nº 189/99, item 10 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM, que o Plenário desta Casa de Leis seja transformado em Comissão Geral, no dia 30 de junho de 1999, para emitir pareceres ao Projeto de Lei nº 297/99, que autoriza o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Trabalhadores em Educação da Rede Estadual de Ensino, do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Artigo 107, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI, PÉRICLES MELLO,
JOSÉ MARIA FERREIRA E EDGAR BUENO.

REQUERIMENTO Nº 1508-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral de Plenário, para apreciar o Projeto de Lei nº 234/99, que altera a Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, que criou o serviço social autônomo PARANACIDADE.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Beto Richa, Augustinho Zucchi, Hidekazu Takayama, Nelson Garcia, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Divanir Braz Palma, Antonio Carlos Belinati, Tony Garcia, Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Cesar Seleme, Chico Noroeste, Renato Gaúcho, Algaci Tulio, Nelson Justus, Tiago de Amorim Novaes e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1508-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral de Plenário, para apreciar o Projeto de Lei nº 223/99, que outorga competência ao Secretário de Estado para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei nº 11.800/97.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, BETO RICH, CEZAR SILVESTRI, NELSON GARCIA, HIDEKAZU TAKAYAMA, HERMAS BRANDÃO, ANTONIO CARLOS BALINATI, LUIZ CARLOS ZUK, LUIZ ACCORSI, NEIVO BERALDIN, BASÍLIO ZANUSSO, JOSÉ MARIA FERREIRA, DIVANIR BRAZ PALMA, CHICO NOROESTE, VALDIR ROSSONI, CESAR SELEME, TONY GARCIA, RENATO GAUCHO, ALGACI TULIO, NELSON JUSTUS, ORLANDO PESSUTI E PASTOR EDSON PRACZYK.

REQUERIMENTO Nº 1487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a votação em bloco dos requerimentos adiados na sessão anterior de autoria do Deputado Ademir Bier.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1485

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER licença deste Poder Legislativo para assumir o cargo de Secretariado da Prefeitura da Capital.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1493

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joanino Beviláqua, ocorrido na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada, Rua XV de Novembro, nº 177, CEP: 84.140-000, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1491

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo destaque de quatro cursos da Universidade segundo dados da oitava avaliação do Guia Abril do Estudante; são eles: Agronomia, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais e Serviço Social. Considerada uma das mais abrangentes avaliações de cursos do país, o Guia Abril do Estudante divulga seus resultados a partir de informações sobre a infra-estrutura das escolas, instalações, recursos didáticos, equipamentos e laboratórios, titulação e regime de trabalho dos professores e os resultados do provão de 1996 e 1997.

A presença dos cursos da UEPG, entre os melhores do país, reflete os resultados da preocupação constante da instituição com a qualidade de ensino, através de uma política prioritária de qualificação docente e incentivo à pesquisa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Reitor da UEPG, Roberto Frederico Merhy; ao Coordenador do Curso de Agronomia, Valter Schulz; Engenharia Civil, Carlan Seiler Zulian; Engenharia de Materiais, Osvaldo Mitsuyuki Cintho; e Serviço Social, Edite Frank, na Praça Santos Andrade, s/nº Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1494

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao Coronel Renê Roberto Witek, recém nomeado Comandante Geral do Corpo do Bombeiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

Apoioamento:

Tony Garcia, Luiz Accorsi, Hermas Brandão, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Irineu Colombo, Divanir Braz Palma, Luiz Carlos Zuk, Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Martins, Beto Richa, Chico Noroeste, Edgar Bueno, Renato Gaucho, Ademar Traiano, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Antonio Carlos Belinati, Hidekazu Takayama, Luiz Fernandes da Silva Litro, Edson Strapasson, Pastor Edson Praczyk e Durval Amaral.

JUSTIFICATIVA:

O Coronel Renê Roberto Witek, foi nomeado Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Paraná, onde ocupará o lugar do outro eficiente Oficial, o Coronel José Renato Nogaroli, que está se aposentando.

A seguir faremos uma breve demonstração do extenso currículo do nobre Comandante Renê Roberto Witek.

Nascido aos 20 dias do mês de agosto de 1955, na Cidade de Curitiba, Paraná, foi declarado Aspirante a Oficial, por ato do Governador do Estado, em 04 de dezembro de 1975. Ao longo de sua carreira o Coronel Witek, desempenhou importantes funções no Corpo de Bombeiros, dentre as quais destacamos as seguintes: Sub-Comandante e Comandante do 5º Grupamento de Bombeiros na Cidade de Maringá; Chefe da 1ª Seção do Estado Maior do CB; Chefe da 2ª Sessão do Estado Maior do CB; Chefe da 7ª Seção do Estado Maior do CB e atualmente desempenhava a função de Chefe de Estado Maior e Sub-Comandante do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

Além dessa carreira de sucesso realizada no Corpo de Bombeiros, o Coronel Witek é formado em Administração de Empresas, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e demais outros cursos de especialização, prevenção e atualização na área em que atua.

O currículo do Coronel Witek já justifica o voto de congratulações, entretanto é importante salientar a sua grande capacidade e brilhantismo no exercício de suas funções. A Corporação do Corpo de Bombeiros do Paraná terá a sua frente um excelente profissional.

REQUERIMENTO Nº 1495

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de louvor ao Sr. José Renato Nogaroli, Coronel Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, pela folha de serviços prestados ao nosso Estado, já que está se aposentando.

Sala das Sessões, 29.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O Coronel Comandante do Corpo de Bombeiros do Paraná, Sr. José Renato Nogaroli está prestes a se aposentar, após mais de 30 anos de serviços realizados no nosso Estado.

A seguir faremos uma breve demonstração do brilhante currículo do ilustre Comandante José Renato Nogaroli.

Nascido em 14 de outubro do ano de 1951, na Cidade de Palmeira, Estado do Paraná, entrou para a Corporação em 1969, tendo as seguintes promoções: Aspirantes a Oficial em 06.08.70, 2º Tenentes em 06.08.73, 1º Tenente em 06.08.73, Capitão em 02.06.82, Major em 01.01.87, Tenente Coronel em 31.01.92, Coronel em 13.09.97. Funções exercidas na Corporação: Chefe da BM/7 CCB, Sub Comandante do 2º GB, Comandante do 2º GB, Comandante do 1º GB, Comandante do 4º GB, Chefe do EM/CCB e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros. Recebeu as seguintes medalhas: de Bronze, Prata, Ouro e Medalha Prêmio Coronel João Gualberto (CAO) - Prata.

Além dessa carreira de sucesso realizado no Corpo de Bombeiros, o Coronel Comandante José Renato Nogaroli é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná e possui vários cursos de especialização, prevenção e atualização na área em que atua.

Todo este currículo já dá ensejo a consagração dos votos de louvor, mas é importante ressaltar a competência e sensibilidade demonstrada pelo Coronel José Renato Nogaroli em toda sua vida profissional, sempre se pautando pela seriedade e honradez. Uma pessoa que pode dizer que se aposenta com a consciência do dever cumprido.

Ante ao exposto, solicito aos nobres Pares, a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e a Secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba, solicitando providên-

cias referente ao Colégio Estadual Regente Feijó, em Ponta Grossa.

Devido ao risco eminente de acidentes, com a exposição do corpo docente e discente ao risco de vida, e muitas outras irregularidades, a Defesa Civil, juntamente com a Prefeitura Municipal, o CREA, 2º GB, a COMDEC em caráter preventivo resolveu proibir a circulação de pessoas temporariamente e em consequência a interdição do estabelecimento.

Em anexo, segue cópia do Laudo de Vistoria, realizada em 25 de junho deste.

Solicito então que sejam tomadas providências urgentes quanto a realização das obras do referido colégio, pois trata-se de uma instituição de grande importância para a população de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1508-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando mais investigadores, escrivães, delegados e viaturas, para a implantação do Programa "Paraná Mais Segurança" em Ponta Grossa.

A proposta de descentralização do atendimento à população, por meio de reestruturação dos distritos policiais, será impossível na cidade, se não forem providenciados escrivães, investigadores, viaturas e delegados, para os plantões nos distritos.

O Programa "Paraná Mais Segurança" objetiva fazer da comunidade agente das decisões, prevê para a Polícia Civil a descentralização, com os distritos policiais fazendo os registros das ocorrências, atendendo diretamente à população, com o assento de fatos que hoje são anotados nas delegacias ou seções especializadas da 13ª Subdivisão Policial, o que é inviável com o quadro funcional que a mesma conta em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1496

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Excelentíssima Senhora Doutora Maria Elisa Ferraz Paciornik, Secretária de Estado da Administração, para que informe, por gentileza, quando serão devolvidas as importâncias cobradas indevidamente nos meses de maio e junho de servidores isentos da contribuição à PARANAPREVIDÊNCIA

como aqueles com proventos iguais ou menores que R\$300,00 (trezentos reais), bem como os que recebiam aposentadoria ou pensão em decorrência de invalidez permanente.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras reclamações pelo fato do Governo do Estado ter descontado nos meses de maio e junho indistintamente as alíquotas para a PARANAPREVIDÊNCIA, cobrando de todos ou seja, daqueles legalmente isentos ou não.

Por esta razão, para podermos informar com segurança aos interessados desejamos saber quando será efetivada a devolução das importâncias descontadas em desacordo com a lei.

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, solicitando cópia de pronunciamento proferido pelo Vereador Araslei Cumin, em sessão daquela Casa Legislativa em data de 24 de junho de 1999.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 01 de junho do corrente, o Poder Legislativo do Estado do Paraná aprovou requerimento de minha autoria solicitando o envio de expediente à Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, solicitando informações, se possível com documentos, a respeito de processo licitatório de iluminação pública, conforme matéria publicada no Jornal Raio-X (página 10).

A Assembléia Legislativa do Estado efetuou o envio do referido expediente à Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, sobre o qual manifestou-se o Vereador Araslei Cumin, em sessão de 24 de junho do corrente, fazendo alusão à minha pessoa, e sobre o qual desejo obter conhecimento, para o que faz-se necessária a cópia do pronunciamento do já citado Edil.

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretexato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que

tiveram o abastecimento de água interrompido, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretextato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que tiveram o abastecimento de água interrompido, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretextato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que tiveram o abastecimento de água interrompido por falta de pagamento, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretextato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor-Presidente da COPEL, Senhor Ingo Hubert, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que tiveram o fornecimento de energia elétrica interrompido por falta de pagamento, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1505

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretextato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor-Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que tiveram o abastecimento de água interrompido por falta de pagamento, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Pretextato P. Taborda Ribas Netto, e ao Diretor-Presidente da COPEL, Senhor Ingo Hubert, solicitando envio de informações a esta Casa de Leis sobre o total de residências que tiveram o fornecimento de energia elétrica interrompido por falta de pagamento, bem como o total de religações, efetuadas no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 1999, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 365/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres José Gerardo Braga, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres José Gerardo Braga, entidade que pretendemos declarar de Util-

idade Pública através desta proposição, tem por objetivo maior, prestar assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e a integração família-escola-comunidade, objetivo que vem sendo alcançado com sucesso e muita dedicação.

A documentação que anexamos ao presente projeto de lei, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica e está em efetivo funcionamento.

Além de inserir a associação no rol do reconhecimento público, a presente iniciativa representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que a APM vem realizando e, certamente continuará a realizar em benefício dos educandos da Escola Estadual Dr. José Gerardo Braga.

PROJETO DE LEI Nº 366/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva tem por finalidade amparar financeiramente o CEMTRAU - Centro Municipal de Treinamento e Reabilitação Auditiva, promover o bem estar e ajustamento em geral dos deficientes auditivos, onde quer que se encontrem e estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos deficientes auditivos.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da Associação Nossa Senhora Aparecida de Reabilitação Auditiva, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 367/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar a compensação de débitos inscritos na Dívida Ativa e atualizados até 31 de dezembro de 1998, inclusive, com créditos contra a Fazenda do Estado e suas autarquias, oriundos de sentenças

judiciais, com precatórios pendentes de pagamento, até o exercício de competência 1998.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

1. crédito contra a Fazenda do estado os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não penda defesa ou recurso judicial;

2. crédito contra as autarquias os valores devidos por força de sentença judicial, transitada em julgado, constante do respectivo precatório, expedido, processado e registrado pelo Tribunal competente, a respeito do qual não se penda defesa ou recurso judicial, e cuja assunção pela Fazenda do Estado, mediante transferência pela autarquia responsável, fica autorizada, desde que para os fins previstos neste artigo;

3. débito inscrito na Dívida Ativa e ajuizado aquele de natureza tributária ou não tributária, a respeito do qual não penda defesa ou recurso judicial;

Art. 2º - A compensação fica restrita aos requerimentos protocolizados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de regulamentação desta lei.

Parágrafo Único - O requerimento sujeita-se a exame prévio pela Procuradoria Geral do Estado, que poderá fundamentadamente indeferir-lo.

Art. 3º - A extinção dos débitos realizada na forma prevista no artigo 1º, não dispensa o pagamento prévio, em dinheiro, das despesas processuais.

Art. 4º - Para os fins desta lei os honorários advocatícios incidentes sobre os débitos liquidados serão reduzidos para no máximo 5% (cinco por cento).

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo a aceitar, nas condições que especifica, a compensação de débitos inscritos na Dívida Ativa e ajuizados até 31 de dezembro com crédito contra a Fazenda do Estado suas autarquias, com pre-

catórios pendentes de pagamentos, até o exercício de competência 1998.

A propositura se justifica diante de dois aspectos.

a) a necessidade de saneamento das finanças do Estado, no tocante aos débitos decorrentes de decisão judiciais e consubstanciados em precatórios judiciais;

b) a necessidade de agilizar a cobrança da dívida do Estado, fazendo com que devedores possam ter condições de saldar seus débitos com o fisco paranaense.

Em verdade o que se pretende é “um encontro de contas” entre devedores e credores, através da extinção da dívida ativa com a utilização do crédito existente em precatórios judiciais contra o Estado e suas autarquias.

A utilização da compensação fica limitada aos débitos inscritos em Dívida Ativa e ajuizados até 31 de dezembro de 1998, independentemente da época do respectivo fato gerador e aos precatórios até o exercício de competência 1998.

No parágrafo único do art. 1º estão definidos o que seja: crédito contra a Fazenda do Estado; crédito contra as autarquias e débito inscrito em Dívida Ativa.

Assim, sobre o crédito não pode haver nenhuma pendência judicial, defesa ou recurso, aceitos somente aqueles que estejam imunes a qualquer tipo de contestação.

O mesmo parágrafo único, em seu inciso II, prevê a transferência de débitos das autarquias para o Estado permitindo, que os precatórios emitidos contra elas possam ter seus valores compensados com débitos da dívida ativa.

A proposta não quebra a ordem cronológica dos precatórios, já que a oportunidade estende-se a todos os credores, indistintamente.

Do exposto, submetemos à apreciação desta Casa de Leis, o presente projeto de lei, que esperamos ter aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 368/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor “Juliano Stinghen”, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor “Juliano Stinghen” está localizada na Rua Thomas Pereira Machado, no Conjunto Habitacional Parigot de Souza II, no Município de Londrina.

É entidade auxiliar do Estabelecimento de Ensino que lhe empresta o nome e não objetiva fins lucrativos, não remunerando os seus dirigentes e conselheiros.

Fundada em 1986, tem por objetivo geral colaborar na assistência e formação do educando como ser ajustado, útil e produtivo na sociedade, através da aproximação entre pais, educandos e educadores, promovendo a integração família-escola-comunidade.

Em 1994, através da Lei Municipal 5.808, de 4 de julho, a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professor “Juliano Stinghen”, foi declarada de Utilidade Pública na Cidade de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 369/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta artigo à Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, alterada pela Lei nº 8.589, de 22 de outubro de 1987, com o seguinte conteúdo:

“Art. 4º - O Poder Executivo expedirá à entidade declarada de Utilidade Pública, diploma alusivo à concessão do título, contendo o número da lei e a data da respectiva sanção.”

Art. 2º - Para fazer face ao disposto nesta lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Outorgar o título de Utilidade Pública é passo inicial no relacionamento de entidades sem fins lucrativos com o Estado, principalmente no que se refere à obtenção de recursos.

O diploma de Utilidade Pública será o documento da entidade beneficiada, comprovando o título recebido do Estado do Paraná.

A confecção do diploma pelo órgão competente do Poder Executivo também facilitará o controle do Governo sobre as instituições dessa natureza que recebem recursos públicos.

É preciso destacar que o título continuará condicionado à prestação de contas dos recursos recebidos.

PROJETO DE LEI Nº 370/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a Companhia de Energia Elétrica - COPEL e as demais concessionárias distribuidoras de água e energia elétrica no Estado do Paraná, obrigadas a esgotar todos os métodos e os recursos cabíveis na cobrança de tarifas em atraso, antes do corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento.

§ 1º - O consumidor terá 90 (noventa) dias de prazo, após o recebimento da notificação, para justificar o atraso no pagamento. A empresa, ao receber a justificativa do consumidor, analisará caso a caso, levando sempre em conta o aspecto social de cada um, como o número de dependentes do domicílio, estar desempregado, ser costumes inadimplente e que o fornecimento de luz e água é um direito essencial do ser humano.

§ 2º - Ficam autorizadas as empresas, em casos de reincidência, a adotar a figura do fiador.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A crise econômica está assolando todos os lares brasileiros, crise esta que traz consigo grande número de desempregados. Essas famílias, inocentes dos maus programas econômicos do Governo Federal, não podem ser privadas do fornecimento de água e energia elétrica, pelo atraso nos pagamentos de tarifas. Não seria justo praticar mais um ato desumano contra esses nossos irmãos desprotegidos do amparo do Poder Público.

Entendemos que tanto a COPEL, quanto a SANEPAR, teriam que usar os mesmos métodos de cobrança usadas pelas entidades do comércio em geral. Pois ao cortar, abruptamente, o fornecimento de água e de energia elétrica, essas empresas que foram criadas com os recursos do povo, volta-se com o próprio povo com uma medida ditatorial, privando-o de um bem essencial para a sua vida.

Vale salientar que o Estado do Paraná está passando por uma grave crise de saúde pública. O cólera se alastra em nosso litoral, ceifando vidas e causando pânico entre os moradores. Com o corte de fornecimento de água, o Poder Público estará em muito contribuindo para que doenças, como o

cólera e a hepatite, se propaguem nas comunidades menos favorecidas.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já deu ganho de causa a um cidadão que teve seu fornecimento de água cortado por falta de pagamento. A decisão baseia-se no princípio de que a água é um direito essencial de que as pessoas não podem ser privadas, nem por falta de pagamento. Claro, que a energia elétrica se enquadra no mesmo princípio.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovar o presente projeto de lei, que pretende minorar o sofrimento de grande parte da comunidade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 371/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a permutar área de terras, com respectivas casas, pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem, com a Prefeitura Municipal de Sarandi, número igual de casas.

Parágrafo Único - As áreas de terra e as respectivas casas, permutadas pela Prefeitura Municipal de Sarandi, com o DER, destinar-se-ão à moradia do pessoal do DER, que hoje ocupam aquela área e casa.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de Sarandi tomará as medidas necessárias para realização dessa permuta, oferecendo área e casas devidamente legalizadas para o "habite-se".

Art. 3º - Fica indicado o Departamento de Estradas de Rodagem para representar legalmente o Governo do Estado do Paraná nessa transação imobiliária.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Departamento de Estradas e Rodagem possui uma área de terras com nove (9) casas construídas no local, na Cidade de Sarandi. Este terreno está situado na Rua Santa Izabel, esquinas da Avenida Londrina e Rua Pedro Galindo Garcia, em Sarandi.

A Prefeitura Municipal de Sarandi pretende desenvolver na área a ser permutada empreendimentos, visando melhorar a condição da população que habita aquela região da cidade.

A Prefeitura Municipal de Sarandi apresentará oportunamente, a documentação necessária

para efetivação dessa permuta, incluindo projeto de ocupação da área e oferecendo outra área e casas para o pessoal do DER de Maringá, devidamente legalizadas e escrituradas prontas para o "habite-se".

PROJETO DE LEI Nº 372/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dr. Waldemar Scardazzi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa de Leis tem privilegiado com a mais alta homenagem personagem que indelevelmente contribui ou tem contribuído com o desenvolvimento econômico, histórico, político, social e cultural do Estado do Paraná. Neste rol de figuras de destaques apontamos o nome do consagrado médico Dr. Waldemar Scardazzi, para receber da Assembléia Legislativa o Título de Cidadão Honorário do Paraná. Uma justa distinção.

O Dr. Waldemar Scardazzi nasceu em Minas Gerais, na Cidade de Acerburgo, em 19 de novembro de 1918 e formou-se em medicina em 1945 na intrépida Universidade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.

Depois de trabalhar por dois anos no Rio, Scardazzi desembarca em Leópolis, no Paraná, onde instalou o seu primeiro consultório, sendo que algum tempo depois mudou-se para Sertaneja. Este homem, casado com Dona Agmar Mendonça Scardazzi e tendo três filhas, Thais Mendonça, Doris Mendonça e Cláudia Maria, esta filha adotiva do casal e ainda vários netos e netas, é um marco na história do Paraná, tanto no aspecto político, cultural como humanitário.

Pelas suas mãos, arte, técnica e sabedoria nasceram e/ou foram salvas milhares de vidas nos seus mais de 53 anos de exercício na profissão. Pela sua luta ajudou a construir e desenvolver uma cidade inteira, dotando Sertaneja de quase toda infra-estrutura que ainda hoje estão em todos os quadrantes do município, seja nos seus mandatos como Vereador 52/56, 60/64, 93/96 e 97 cujo mandato segue até o ano 2000. Ou como prefeito que foi em 56/60 e 73/77. Enfim, todas estas realizações credenciam o Dr. Waldemar Scardazzi, a receber do conjunto dos Deputados desta Casa, o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

O PROJETO DE LEI Nº 373/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescentado o inciso VII ao art. 3º, da Lei nº 11.651, de 27 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

"VII - efetuar aquisição de mercadorias com alíquota inferior a interna em montante nunca superior a 20% (vinte por cento) do valor de suas aquisições, consideradas as operações realizadas em um mesmo trimestre, excetuadas mercadorias adquiridas para integração no ativo imobiliário. Consideram-se trimestre os períodos abrangidos pelos meses de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do trimestre que se seguir, conforme definição acrescentada por esta lei, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.99.

(a) ANIBAL KHURY

LEI Nº 11651

DATA: 27 de dezembro de 1996.

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a aderir, mediante Convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 9.317/96 e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a aderir, mediante Convênio, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, instituído pela Lei Federal nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Parágrafo Único - O Convênio de adesão ao SIMPLES fixará a competência da Secretaria da Receita Federal para as atividades de arrecadação e cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e disciplinará a participação estadual nas atividades de controle e fiscalização dos contribuintes que optarem pelo SIMPLES.

Art. 2º - A opção pelo SIMPLES implicará desenquadramento dos contribuintes inscritos no Regime Fiscal da Microempresa, e será precedida de apresentação, pelo optante, de Certidão de Regularidade Fiscal estadual.

Art. 3º - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte inscritas no SIMPLES deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias estabelecidas na legislação do ICMS:

I - inscrição no Cadastro do ICMS;

II - emitir documentos fiscais a cada operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviço;

III - manter atualizados os livros Registro de Entradas e Saídas;

IV - escriturar o livro Registro de Inventário;

V - apresentar Guia de Informação e Apuração Simplificada (GLA-S);

VI - preencher e entregar a Declaração Fisco-contábil Simplificada (DFCS).

Parágrafo Único - O não-cumprimento das obrigações acessórias estabelecidas no art. 3º, sem prejuízo da imposição de penalidades específicas, implicará desenquadramento do SIMPLES, sujeitando a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte ao regime normal de informação e apuração do imposto.

Art. 4º - Os percentuais cobrados a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo Convênio, serão os seguintes:

I - em relação à Microempresa contribuinte exclusiva do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação à Microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação à Empresa de Pequeno Porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV - em relação à Empresa de Pequeno Porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais.

Art. 5º - A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte terão prazo para opção ao SIMPLES, junto ao cadastro do ICMS, até 31.03.97, observada a previsão contida no art. 8º, inciso I, da Lei nº 9.317/96.

Parágrafo Único - Os contribuintes que não optarem pelo SIMPLES serão automaticamente enquadrados no regime normal de apuração e informação do ICMS.

Art. 6º - O Poder Executivo tomará as providências necessárias à efetiva regulamentação

da presente lei, observadas as disposições previstas em Convênio.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 27.12.96.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

MIGUEL SALOMÃO

Secretário de Estado da Fazenda

LEI Nº 10.325, DE 11 DE JUNHO DE 1999

Altera a Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, que dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo, e a Tabela "A", anexa à Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços diversos.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam acrescentados ao artigo 4º da Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, o inciso IV e o parágrafo único, com a seguinte redação:

"IV - efetuar aquisição de mercadorias com alíquota inferior à interna em montante superior a 20% (vinte por cento) do valor de suas aquisições, consideradas as operações realizadas em um mesmo trimestre, excetuadas mercadorias adquiridas para integração no ativo imobilizado.

Parágrafo Único - Para os efeitos do disposto no inciso IV, consideram-se trimestre os períodos abrangidos pelos meses de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro."

Art. 2º - Passa a vigorar com a seguinte redação o *caput* do artigo 5º da Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998:

"Art. 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos I, III e IV do artigo anterior, o contribuinte deverá comunicar a perda de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte à repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo fixado em regulamento."

Art. 3º - Passa a vigorar com a seguinte redação o item 9 da Tabela "A", anexa à Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, alterações posteriores:

"9 - parcelamento de tributos estaduais:

9.1 - emissão de carnês:

a) em até 12 parcelas 10,000

b) acima de 12 parcelas..... 15,000

9.2 - débito em conta bancária, por grupo de até 12 parcelas: 2,0000

Notas:

1ª - itens 7 a 9: expedidos pela Secretaria da Fazenda.”

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao disposto nos artigos 1º e 2º, a partir do primeiro dia do trimestre que se seguir, conforme definição acrescentada por esta lei no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 10.088, de 19 de novembro de 1998.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de junho de 1999.

(aa) MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Celino Cardoso

Secretário - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de junho de 1999.

LEI Nº 10.086 - DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Capítulo I

Do conceito de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte

Art. 1º - Para os fins do disposto nesta lei, consideram-se:

I - microempresa, o contribuinte que, cumulativamente:

a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;

b) auferir, durante o ano, receita bruta igual ou inferior ao valor de R\$83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais);

II - empresa de pequeno porte, o contribuinte que, cumulativamente:

a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;

§ 1º - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte classe “A” ou “B” far-

se-á segundo a receita bruta anual prevista, cujo valor não poderá ser inferior à receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior, observado o disposto no § 3º do artigo 1º.

§ 2º - O enquadramento condiciona-se à aceitação, pelo fisco, dos elementos contidos na declaração, inclusive quanto aos valores econômicos-fiscais indiciários da capacidade econômica do contribuinte.

§ 3º - O contribuinte que, a critério do fisco, não preencher as condições previstas, inclusive quanto à incompatibilidade com o limite fixado para a microempresa ou empresa de pequeno porte, terá seu enquadramento recusado de pronto; se necessárias diligências ou análise adicional de seu pedido, será notificado da decisão do fisco, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da entrega da declaração.

§ 4º - O indeferimento comunicado após o prazo previsto no parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à data da notificação.

§ 5º - Será admitida a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, uma única vez no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação do despacho de indeferimento.

Seção II

Da Perda da Condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte

Art. 4º - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, a partir de qualquer dos eventos adiante indicados, o contribuinte que:

I - deixar de preencher qualquer dos requisitos previstos no artigo 1º;

II - deixar de renovar, no prazo a que se refere o inciso I do artigo 7º, a declaração prevista no artigo 3º;

III - optar pela sua exclusão do regime.

Art. 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e III do artigo anterior, o contribuinte deverá comunicar a perda de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte à repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo fixado em regulamento.

Parágrafo Único - Equipara-se à declaração falsa o descumprimento da obrigação referida neste artigo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz a tribuna, na tarde de hoje é algo que tem a ver com a história do Estado do Paraná.

Ocupo a tribuna desta Casa para falar a respeito do que representa a indústria madeireira para nosso Estado. Todos sabemos da influência que teve e que tem a madeira, para o Paraná. No seu processo de desenvolvimento, responsável por um dos ciclos econômicos do Paraná que foi também o responsável pelo desenvolvimento de outras regiões e nosso Estado.

Todos sabem por onde o Paraná começou, começou por Paranaguá, passou por Antonina, chegou a Curitiba e de Curitiba, com os tropeiros, com a erva-mate, nós tínhamos que encontrar uma maneira de um desenvolvimento industrial. Este desenvolvimento começou pela região de Curitiba indo se espalhar pela região centro-sul com a exploração de um dos símbolos do Paraná, que é a araucária augustifolia, mais conhecida, fora do Estado, como pinheiro do Paraná.

E assim foi desbravada a região sul, a região centro-sul e com o advento desta nova riqueza que era explorada o Paraná teve sustentação, teve condições de implantar uma pequena infra-estrutura para desenvolver outras regiões do Estado. primeiro, a região norte do Estado, e lá, novamente, a madeira foi um dos alicerces daquele desenvolvimento. Tem aqui representantes daquela região e sabem como foram povoadas aquelas regiões, pela famosa peroba.

Então a madeira está intimamente ligada ao desenvolvimento de nosso Estado. Depois tivemos o desenvolvimento do sudoeste e lá com uma presença, importantíssima da madeira, a mesma coisa acontecendo com o oeste do Estado, também, novamente, a presença da indústria madeireira foi fundamental para que nós conseguíssemos desenvolver estas regiões e pudéssemos vivenciar outros ciclos econômicos que chegaram ao Paraná. No norte o café, no oeste a soja, o milho, no sudoeste, da mesma forma a avicultura, no centro sul também a cultura de grãos.

A grande verdade é que a atividade madeireira nestas regiões do Estado, propiciou que hoje nós pudéssemos viver um novo ciclo da madeira no nosso Estado, que é o ciclo da madeira reflorestada. Árvores que foram plantadas com incentivos fiscais. As empresas madeireiras eram obrigadas a reflorestar onde elas haviam cortado as árvores. Receberam incentivos fiscais. E hoje temos vastas florestas de pinos nas diversas espécies de pinos do nosso Estado. Não só da região de onde venho, de onde represento a região de Guarapuava, a região central do Paraná, a região sul do nobre ilustre Pres-

idente Anibal Khury, a região de União da Vitória, a região do nobre Deputado Valdir Rossoni, uma região vocacionada para a indústria madeireira.

No Paraná houve um perfeito casamento, até com os nossos imigrantes, eles que para cá vieram também tinham uma afeição com o trabalho da madeira, assim foram os italianos, os eslavos, os poloneses e os ucranianos, que têm uma aptidão para o trabalho com a madeira.

Então digo com convicção, o Paraná tem um patrimônio muito importante, que é a sua indústria madeireira. Uma indústria que tem nome, não só no Paraná, como no Brasil, como fora do nosso país. Um Estado fortemente exportador de madeira e de seus derivados. Dizia eu, que hoje vivemos o segundo ciclo da madeira. Vivemos a exploração das florestas que foram plantadas com os incentivos fiscais. Só que esses incentivos fiscais não mais existem. Já há algum tempo acabaram os incentivos fiscais e por conseguinte, não estamos fazendo a reposição das florestas como deveríamos.

E aí vem o alerta, Senhor Presidente, Senhores Deputados. O alerta vem do BRDE e do IAPI. O Paraná atente para o dado - ele precisa reflorestar 47 mil hectares por ano e não vem fazendo isso. E o colapso pode chegar no ano de 2003. De exportador de madeira e de seus derivados, passaremos a importador. Sabemos que o mercado, não só o interno, mas o mercado externo, é altamente comprador da madeira, porque já encontraram substitutos para as diversas matérias primas. Mas para a madeira não existe algo que possa substituí-la.

Dados nos informam que a nível mundial o consumo de madeira cresce 2.5% ao ano. No Brasil e nos países em desenvolvimento, temos um crescimento de 4.4% ao ano. A Europa, a comunidade européia tem um grave problema. Não só pela escassez das suas terras, pelas questões do meio ambiente, mas principalmente pela chuva ácida, hoje encontram sérias dificuldades para ter as suas florestas. Quero fazer esse alerta Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque diz a música "quem sabe faz a hora não espera acontecer". A hora já passou, mas ainda há tempo se conseguirmos sensibilizar o Governo para que tenha decisão e vontade política para promover um amplo reflorestamento em todo o Estado do Paraná.

Tenho a oportunidade de sugerir duas coisas ao Governo do Estado. Primeira, que façamos um amplo programa de Governo voltado para o reflorestamento das pequenas propriedades. As pequenas propriedades que, muitas vezes são exploradas na sua totalidade pelas dificuldades do terreno. Em uma área de 4, 5, 6, alqueires. Dez e doze hectares muitas vezes 4, 5, hectares não conseguem ser aproveitados. Nesta área plantaríamos árvores. Fariamos a cultura de florestas. Fazendo isso em

todo o Estado. Nas diversas regiões plantando árvores que se adaptam aos diversos microclimas que existem em nosso Estado. Fazendo o consórcio nas pequenas propriedades. Vamos consorciar a pequena agricultura com a pequena floresta. Fazendo em toda a propriedade um reflorestamento com pouco adensamento, ou seja, em torno, de 600 árvores por hectares, e não deixando de plantar milho, o feijão, a mandioca, a batatinha. Para que aquele pequeno produtor tenha a sua renda durante o período que espera as árvores crescerem e aí poder cortar.

Tenho um dado para fornecer aos senhores. Após vinte anos, que é o prazo de um plantio de uma floresta, no corte raso, no momento que o proprietário faz o corte de todas as árvores, se ele pegar o valor que ele arrecada com essa madeira, dividir pelos vinte anos, vai ter uma renda anual superior se tivesse plantado soja, por exemplo. Seria uma poupança para os pequenos proprietários. Seria um reflorestamento ecologicamente perfeito. Fazendo com que estivéssemos em nosso Estado uma ampla cobertura vegetal. E também teríamos uma melhoria na qualidade do ar no Estado. Além de melhorarmos a qualidade de vida de todos os paranaenses, de tornarmos o nosso Estado como um todo, um Estado ecologicamente perfeito estaremos mantendo milhares e milhares de empregos que hoje está gerando a indústria madeireira em nosso Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Querira lembrar V. Exa. que a Reflorestadora BANESTADO é possuidora de mais de 60 milhões de árvores, de pinus e que precisa ser reflorestada, desbastada. Ocupada essa madeira que está lá hoje se perdendo e que poderia ser ocupada pelos madeireiros, gerando economia, recursos do Estado. Em dez anos teríamos novamente o mesmo número de madeira. Esse acervo que o BANESTADO tem de pinus, deveríamos discutir no sentido de liberar essa madeira para que possa ser beneficiada para gerar empregos e renda na comercialização desses produtos. Está aí o BANESTADO com um número elevado de pinus que poderiam, os nossos madeireiros, trabalhar essa madeira para gerar economia.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o aparte, Deputado neivo Beraldin, e reconheço que esta floresta da BANESTADO Reflorestadora, já devia ter sido aproveitada. Mas, sou sabedor, também, que pela má qualidade da madeira, exatamente, em função do que o senhor relatou. Pela falta dos tratos culturais, pela falta dos

desbastes que deveriam ter sido feito, pela falta de desgalhamento, que deveria ser feito. Hoje as toras, oriundas do BANESTADO Reflorestadora são de baixa qualidade, que dão uma produtividade muito baixa, e representam um custo muito alto para os madeireiros.

Lembro que teve um Governador, que tentou fazer casas populares de madeiras usando o reflorestamento da BANESTADO Reflorestadora. Chegou até fazer contatos, não lembro, não posso afirmar se houve processo licitatório, para que madeireiros interessados fossem explorar as florestas da BANESTADO Reflorestadora. Mas, foram até lá, e constataram que realmente a floresta era de baixa qualidade e que não seria viável explorar da maneira como queria que fosse explorado.

Mas, não tenho dúvidas que existe mercado para este tipo de floresta. Existe função para esta madeira, ela tem uma finalidade esta madeira.

Mas, voltando ao pronunciamento que fazia, digo que o seu aparte Nobre Deputado, vem ao encontro exatamente do próximo passo do meu pronunciamento.

O mercado europeu é comprador, o mercado mundial é comprador de madeira com qualidade. O mercado comum europeu a partir dos próximos dias, não vai mais aceitar que ela é uma madeira originária de áreas reflorestadas. Eles querem qualidade.

Por isso, nós temos que implantar um programa de reflorestamento que venha a atender as necessidades do nosso Estado, na área florestal, mas com qualidade, e para que nós possamos ter uma matéria-prima de excelente condição, para que nós possamos exportar, para que nós possamos continuar oferecendo empregos e conquistando riquezas para o nosso Estado.

Com a palavra o nobre Deputado Valdir Rossoni

O Sr. Valdir Rossoni

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo assunto e, o assunto é palpitante.

Quanto a questão da BANESTADO Reflorestadora, o prejuízo que o Estado sofreu é incalculável, para quem conhece, para quem trabalha, e para quem conhece o ramo madeireiro.

O BANESTADO tem uma grande área de reflorestamento, e certamente serve para comércio. Por exemplo, para instalarmos lá uma tapiza, um empresa que produz o aglomerado. Mas, jamais para servir um madeireiro, que V. Exa. esta se referindo.

Por que aconteceu isso?

A falta de capacidade, talvez de conhecimento das pessoas. Eu não sei como é que a BANESTADO Reflorestadora deixou chegar a esse ponto, porque

todos nós sabemos que o grande segredo do Pinus, do seu plantio e da sua produção está na condução do processo. Em determinado tempo que você tem fazer o desbaste, o desgalhamento, criar condições para que tenha a ventilação entre o Pinus, para que ele possa engrossar, criar um diâmetro maior. Isso não aconteceu com as florestas municipais. Mas eu estou vendo principalmente na região sul do Estado do Paraná, um programa lançado pelo Governador Jaime Lerner. O Programa de Florestas Municipais, aonde tem um prefeito que realmente se interessa por esse programa. porque tem alguns prefeitos, que estão mais preocupados de pegar o veículo e não fazem a sua parte que é a condução do processo de reflorestamento.

Então, em municípios aonde tem prefeitos que têm conhecimento de causa, que têm competência para dirigir um programa desse e, que dirige com cuidado tem dado bons resultados.

Conheço municípios que milhares de agricultores estão tentando pequenas feítias. E digo para você, quando o agricultor planta um hectare, dois hectares, ele cria uma condição para que esse produto seja colhido antes do tempo, porque o prejuízo que traz ao Pinus é a falta de ventilação e de sol, porque ela forma uma floresta praticamente fechada. Com a questão das florestas municipais, criadas pelo Governador Jaime Lerner e que é voltada para o pequeno agricultor, ele planta pequenas quantias, pequenas áreas e elas vêm muito rapidamente. Quando levamos hoje 15 anos para colher uma floresta, provavelmente essas florestas municipais, hoje apoiadas pelo governo do Estado e Prefeituras, estaremos colhendo com dez anos, porque são pequenas propriedades que estão sendo plantadas.

Esta questão é uma questão importante, palpitante e cumprimento V. Exa. por fazer esse pronunciamento porque hoje, no Paraná, na Região de Sénges, aquela região na divisa de São Paulo, Arapoti, é a região que mais tem madeira no Paraná e onde mais se produz madeira no Paraná. O que é isso? É o fruto do tempo em que se tinha incentivos para o reflorestamento e hoje é uma região próspera. Por isso, temos que fazer com que isso aconteça em outras regiões do Paraná, principalmente nas regiões que têm tendências para a produção da madeira e da indústria madeireira. Cumprimento V. Exa. e me somo ao seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço pelo seu aparte que enriquece o nosso pronunciamento. É verdade, a região que tem maior cobertura florestal é esta que foi relatada pelo Deputado em função das indústrias papeleiras que se instalaram na região e plantaram essas florestas

com seus incentivos fiscais, mas a madeira que hoje estamos colhendo, é responsável pela madeira laminada, serrada, pelo compensado, pelo aglomerado que vai atender o pequeno moveleiro de Arapongas, criado pelo então prefeito Waldyr Pugliesi em uma de suas gestões.

A madeira plantada em outras regiões do Paraná vai para Arapongas e está gerando emprego na indústria moveleira. É uma grande corrente que se soma em nosso Estado, além do fornecimento para outra indústria, a indústria da construção civil.

A madeira é responsável por uma quantidade enorme de empregos no Paraná e responsável pela movimentação de uma grande riqueza. A primeira proposta foi no sentido de sensibilizarmos o governo para criar um amplo programa de reflorestamento das pequenas propriedades e muitos poderiam dizer que não existe dinheiro. O dinheiro existe. Sabemos que existe, porque agora, recentemente, o Governo Federal estava negociando os títulos emitidos para pagar precatórios frios. Se o Governo Federal tem recursos para fornecer a estados que emitiram títulos frios, certamente terá recursos para emprestar, para que sejam plantadas florestas em todo o Estado, como também deve ter o BNDES recursos para emprestar para que possamos reflorestar o nosso Estado, pois teve recursos para emprestar para diversas empresas associadas com empresas multinacionais, comprarem o nosso sistema de telecomunicações.

Concedo aparte ao Deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Acho importante esse discurso que V. Exa. profere neste momento, porque muitos na sociedade paranaense e brasileira não estão se atendo ao grande problema que vislumbra para o futuro, na questão do desmatamento, do desrespeito à fauna e à flora nesse nosso país.

Acredito que esse discurso vem em hora oportuna para que nós, Deputados, possamos reforçar e fazer um apelo para que o nosso Governo do Estado possa desenvolver uma campanha de conscientização. Não só uma campanha de conscientização, mas que a fiscalização seja rigorosa contra aqueles que estão destruindo a natureza não só do Paraná. E aí apelamos para o Governo Federal para que faça cumprir as leis que existem no nosso país, para que possamos cuidar do nosso habitat, porque do contrário, no futuro, nós próprios seremos vítimas dessa ganância desenfreada do ser vivo, do ser humano. E há quem diga que nos próximos 20 anos a população mundial terá sérios problemas no que diz respeito à água que bebemos e que, acima de tudo, nos dá a nossa sobrevivência.

Então quero parabenizá-lo e dizer que nós estamos abraçados nesta causa, também, em defesa

da natureza, para que nós possamos, acima de tudo, ter nossas famílias no futuro e dar a elas qualidade de vida para que possamos ter uma natureza tranqüila, serena, para que possamos desfrutar dessa beleza que temos não só no Paraná mas também no Brasil.

Obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Tiago Amorim, nosso representante da Região Oeste, mais precisamente de Cascavel, que é uma cidade, uma região que teve a alavanca do seu desenvolvimento baseada na indústria madeireira. mas tenho mais uma proposta a fazer aos Srs. Deputados e ao Governo do Estado.

E queria aqui, Deputado Anibal Khury, lhe convidar para juntos mais uma vez, usarmos os benefícios da lei que o Senhor criou. A Lei Anibal Khury que hoje proporciona o Paraná Mais Emprego. E através da sua Lei é possível fazer a dilação do prazo de pagamento do ICMS das indústrias que estão se instalando no Estado.

Pois bem, Líder Valdir Rossoni, a minha proposta é no sentido de que a Lei Anibal Khury seja aplicada em prol do reflorestamento para todas as empresas madeireiras que têm ICMS a recolher, desde que elas apliquem estes recursos em reflorestamento com a devida fiscalização, possam elas terem, também, uma dilação de prazo do pagamento do ICMS. Uma dilação de prazo de 20 anos, Sr. Presidente, que é o prazo que leva uma floresta para ser cortada. E após este período começaria a recolher o ICMS devido, com a correção monetária isenta de juros.

Tenho certeza que não é favor nenhum que nós estaremos fazendo àqueles que se dedicam ao ramo madeireiro. É um favor, sim, que estamos fazendo ao futuro, às 9 gerações, aos nossos filhos e aos nossos netos que terão a oportunidade de poder desfrutar daquilo que nós plantamos hoje, de poder desfrutar de um Estado ecologicamente correto, um Estado que trabalha no sentido de viabilizar renda, riqueza, bem-estar, qualidade de vida a todos os seus filhos. É um prazo que muitos podem pensar: É muito tempo, 20 anos demora muito para passar! Mas nós que já vivemos mais de 20 anos, sabemos que o tempo não é longo não. Ele passa e ele chega e tenho certeza que todos nós vamos vivenciar, nós vamos vivenciar o corte das florestas que forem plantadas com base neste incentivo que o Governo do Estado pode dar. Porque se outras empresas que aqui chegam podem receber esses benefícios, é justo e é razoável que as empresas que fizeram a História deste Estado, como são as fábricas, as indústrias que processam a madeira, também sejam beneficiadas com a dilação de prazo para que possam plantar a

matéria-prima que vão colher no futuro. Peço a todos que nos somemos nesta luta, porque se hoje nós vamos plantar, certamente amanhã nós, nossos filhos ou os nossos netos irão colher.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

No Horário da Liderança do PSDB concedo a palavra ao Deputado Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor Presidente, nobres Deputados, estamos em véspera do recesso parlamentar, e precisava antes de iniciar esse recesso, ocupar a tribuna até para esclarecer algo que infelizmente, alguns dos segmentos da imprensa tendem a massificar e explorar erroneamente.

Todos sabem que eu sou autor de um projeto que está em evidência na Casa, com relação ao preenchimento de fichas nos motéis assim como é obrigatório o preenchimento de fichas na entrada de hotéis. Infelizmente, parte de imprensa faz questão de insinuar de que estou de caso, de briga ou ressentido com um dos colegas parlamentares, o que não é verdade.

Então, ocupo esta tribuna para esclarecer que não é nada pessoal, muito pelo contrário, até o momento estou estudando até mais profundamente esta questão, porque a intenção maior é inibir ou coibir a entrada de menores nesses estabelecimentos. Tenho ouvido muito, fiz questão até de participar de uma reunião com o sindicato do setor moteleiro, até para ouvi-los também.

Mas, a imprensa insiste de uma forma até irônica dizer que estou aborrecido com o Deputado José Litro, meu amigo e companheiro "o Litro", faço questão de dizer até pessoalmente, olhando para ele que não tenho nada contra o Litro, sei que ele é um empresário do ramo, mas a minha preocupação não é nem com o estilo de estabelecimento dele e de outros que tive o prazer de conhecer, que é uma linha decente, uma linha legítima, uma linha honesta, mas todos nós sabemos que em todos os meios existem os bons e os maus, até no meio religioso que não deveria existir, existe o correto e existe o pilantra.

Então, estou querendo aproveitar o ensejo até para que seja registrado nessa Casa, o Senhor Deputado José Litro, que não tenho nada contra Vossa Excelência, sei que o seu ramo é um ramo até correto, já tive informações do Deputado Antonio Baratter, que me afirmou: Não, o Deputado José Litro anda dentro da legalidade. Então essa que é a intenção para que a imprensa não fique aumentando a lenha na fogueira, e afirmando uma coisa que não existe, não existe absolutamente nada pessoal, nem com a pessoa do Deputado José Litro, nem com o setor moteleiro em si, mas com a preocu-

pação de que menores não venham ter acesso a nenhum estabelecimento do ramo similar. Tanto isso é verdade, recebi várias correspondência, inclusive a correspondência de um rapaz que afirma já trabalhou num motel e ele inúmeras vezes flagrou menores que entravam até dentro do motel porque se escondiam no porta malas do carro, e que inúmeras vezes viu isso, crianças de 10, 11, 12 anos, e ele até foi muito favorável e me parabenizou por esta iniciativa.

Então, esta é a nossa intenção, é uma pena que não houve tempo hábil nesse semestre para que o projeto pudesse ir até a CCJ, mas foi muito bom me deu tempo de repartir, de dividir a idéia com os parlamentares quando distribuí uma cópia do projeto para cada parlamentar e espero que o projeto venha a ser aprovado ou então melhor adequado à finalidade que me motivou a criá-lo.

O Sr. Antonio Baratter

Deputado Pastor Edson, certa vez Voltaire estava num debate público com Danton, o que não é o caso aqui porque não é um debate de rivalidades porque devemos respeitar e, pessoalmente, respeito opiniões contrárias como sou contrário ao seu projeto, Voltaire disse que: "Mesmo que não concordasse com nenhuma das palavras se preciso fosse até daria a vida para que você continuasse com o direito de proferí-las". Mas, esta questão não é tão simples assim porque o Motel cumpre também uma função social. Aqui em Curitiba os Motéis geram diretamente 3.000 empregos e acredito que o seu projeto, Pastor, de uma forma ilária é até ecologicamente incorreto porque as pessoas irão se dirigir aonde então? Vão acabar invadindo os matagais, adentrando as matas.

Acredito que o seu projeto é de boas intenções, mas é um Projeto politicamente também incorreto.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Agradeço o aparte do Deputado embora discorde do Senhor até porque posso fazer uma má comparação onde fui questionado se resolveria a questão pela qual me inspirou este Projeto, ou seja, me perguntaram: "Mas, Deputado, vai acabar com a exploração sexual dos menores?" Bom, acabar é óbvio que não, mas, vejo que se o sistema de segurança do nosso Estado, a polícia em si deixarem de destruir uma boca de fumo, de tráfico, porque não vai resolver o caso então todo mundo cruza os braços. Vejo que é uma porta a menos para que tenha a exploração sexual do menor.

É óbvio que tenho consciência e faço questão de salientar que não são todos os Motéis que tem esta conduta incorreta, mas, existem muitos, até

com faixadas de grande pompa, que recebem pessoas do alto escalão para explorarem os menores.

Mas de toda e qualquer forma, espero que se o Projeto não passar em toda a sua totalidade, ele possa ser acrescido da participação de emendas dos mais experientes Deputados do que eu para que ele venha alcançar o objetivo dele que é fechar uma das portas que são utilizadas hoje para a exploração sexual do menor. Então, está registrado que esta é a nossa intenção e espero contar com o apoio de pessoas que em comum comigo lutam pelo que é descente, digno, lutam pela estrutura da família, pela preservação do que é correto diante da família e também, um detalhe muito importante e especial, aquelas pessoas que de mais longa data do que eu já vinham batendo contra a exploração sexual do menor.

Outro detalhe em que me apoio é que toda aquela pessoa que se conduz corretamente não tem com que se preocupar porque quem não deve não teme.

O Sr. Luiz Fernandes Litro

Quero dizer que conheço muito os Motéis porque quando viajo com a minha família, até para ter mais segurança, passo o pernoite em Motéis.

Mas, quero dizer que a estrutura do motel não tem nada a ver com a parte de menores. Tem a Lei Federal e tem que ser cumprida, em todas as cidades, o Conselho Tutelar, que sempre faz batidas em motéis, com a polícia e é feito o levantamento. A permanência da ficha é um modo de estragar a freguesia de um dono de motel.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Aproveitando a observação bem colocada do Senhor, quero me utilizar desses dois minutos que restam. Porque o Senhor disse que assim como o Senhor frequenta um motel, junto com a Senhora, sua esposa, preencherem a ficha de um motel, lhe traz algum constrangimento?

O Sr. Luiz Fernandes Litro

Quando estou com a minha esposa ou quem estiver com sua esposa, não traz constrangimento nenhum. Mas quando pessoas que frequentam e não gostam de aparecer - ao achar uma suíte para descansar, não querendo que protelem o seu sossego, desligando seu telefone - não querem preencher nenhuma ficha em motéis não tem nada com a parte de menores - não tem essa responsabilidade. A pessoa é que tem que ter a responsabilidade. Se a pessoa quer cometer um crime - não tem nada a ver com o prédio e com a estrutura - é de sua responsabilidade. Pela lei ele sabe o que está fazendo - se pegar uma menor, ele poderá ser preso. Está cometendo um ato criminoso. Não só em

motéis que pode acontecer - dentro dos carros, atrás das igrejas, no mato, dos prédios desocupados. O que se faz com essas pessoas?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Os Deputados vão nos ajudar a criar outros projetos para também coibir outras portas abertas.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado, permite-me um aparte?

(Assentimento)

O que me preocupa nesse debate é que essa Assembléia caia no ridículo. Sinceramente, acredito que tenhamos de ter um pouquinho mais de responsabilidade e ter cuidados com os nossos debates, aqui. Quero colocar a minha posição de que não sou favorável a esse debate. Acho que estamos diminuindo ainda mais e nos colocando numa situação ridícula, perante a opinião pública. Isso fica muito feio para a Assembléia Legislativa. Quero colocar isso a V.Exa.. Tenho um profundo respeito por V.Exa.. O Senhor tem todo o direito de entrar com o seu projeto. Mas temos que ter todo o cuidado e até responsabilidade para não deixarmos essa Casa entrar no ridículo.

Obrigado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Agradeço a participação do Deputado e peço desculpas por ter, aparentemente, tendido a um debate, mas não era a intenção desse Deputado.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passa-se ao Horário das Lideranças:

PFL; PT; PDT e PMDB.

Concedo a palavra ao "rei da voz", Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, queremos fazer nessa tribuna um apelo a V.Exa e também ao Deputado Basílio Zanusso, haja vista, que há algumas semanas atrás, esta Assembléia recepcionando os professores do Paraná, aqui, aprovou o regime de urgência para o projeto de lei, que institui o plano de cargos, carreiras e salários dos professores do Estado do Paraná. Naquela oportunidade entendeu-se, que na terça-feira, da semana passada, seria designado por parte da Comissão de Justiça o relator para este projeto.

Posteriormente ficou entendido que isto aconteceria nesta terça-feira, segundo nos consta, até o presente momento, não foi ainda designado o relator. Caso o mesmo tenha sido designado, é evidente

que nós gostaríamos de saber qual Deputado foi designado,

É nossa intenção também, Senhor Presidente, estamos discutindo isso com lideranças partidárias, é apresentar um requerimento para transformarmos a Sessão plenária de manhã em comissão geral de plenário, para que possamos discutir e votar este projeto que institui o plano de cargos, carreiras e salários aos professores e trabalhadores em Educação, no Estado do Paraná.

Afinal de contas houve uma deliberação, um compromisso deste Plenário, deste Poder Legislativo, para com os professores e trabalhadores, do setor educacional que compareceram ao Plenário, uns 10 dias atrás. Como até o presente momento não houve designação do relator, segundo nos consta, nós estaremos propondo que a Sessão de amanhã seja transformada em Comissão Geral de Plenário para também apreciar este projeto já que outros projetos estão sendo apreciados em regime de Comissão Geral de Plenário.

O segundo aspecto que queremos conversar, desta tribuna, é cumprimentar os Deputados Edson Strapasson e Irineu Colombo, respectivamente Presidente da Comissão de Obras e Presidente da Comissão de Educação, por terem propiciado a Assembléia Legislativa, no dia de hoje, a oportunidade de uma reunião conjunta das duas comissões. Diversos Deputados lá compareceram e pudemos tomar ciência da problemática que envolve os recursos do PROEM que deveriam estar sendo aplicados na reforma de escolas, construção de dependências nos estabelecimentos de ensino público, do Estado do Paraná.

Os jornais, de um modo geral, já há alguns dias, têm publicado a falta de repasse desses recursos, há pelo menos, uma centena de escolas, no Paraná, através das APMs, o que tem causado um transtorno terrível às associações de pais e mestres, aos seus presidentes. É um transtorno, talvez irrecoverável na vida de mais de uma centena de pequenos empresários que se colocaram para executar estas obras e as executaram. Diante da falta dessas pequenas empresas rumaram à falência, quebraram, seus proprietários, seus dirigentes estão também numa condição de falência ou pré-falência.

Uma reunião das mais importantes, promovidas por esta Assembléia que trouxe a nós relatos emocionantes, dramáticos, de pessoas que estão no desespero por parte do não cumprimento, por parte do Estado do Paraná, da sua obrigação que, ao assinar um convênio cumprir com este convênio, liberando as parcelas.

A reunião tirou algumas sugestões de encaminhamento, no sentido de se ter uma reunião, uma conversa com o Líder do Governo, no sentido de se ter uma reunião com o Chefe da Casa Civil, para

que possa o Governo do Estado, numa ação política emergencial, rápida, definitiva, solucionar este impasse, que criou para mais uma centena de presidentes de APMS e para mais de uma centena de pequenas empresas que estão sendo levadas à falência pela irresponsabilidade de alguém que assinou o convênio e não cumpriu a sua parte, neste caso, o Governo do Estado.

Com referência também ao não cumprimento de sua parte, venho aqui, mais uma vez, a exemplo do que já tem feito o Deputado Miltinho Puppio, solicitar e apelar ao Secretário Heinz Herwig e ao diretor geral do DER para que promovam o recapeamento a reconstrução da rodovia que liga Posto Paripa, Reserva, Cândido de Abreu, Manoel Ribas. Faço esse apelo em cima das muitas vezes que já compareceremos a essa Tribuna, dizendo de que naquela estrada dia mais ou dia menos, acidentes fatais aconteceriam. Aconteceu na semana passada, quando uma carreta dirigida por um cidadão de Manoel Ribas, filho do Senhor Albertão, foi desviar de algumas crateras existentes naquela estrada e por estar também a estrada naquele momento com a sua visibilidade reduzida em função da presença de neblina, passou simplesmente por cima de um veículo gol, morrendo no local cinco pessoas e um está internado em estado grave, em hospital, se não me falha a memória de Reserva ou Cândido de Abreu.

Nós daqui dessa tribuna, por mais de dez vezes já nos pronunciamos a esse respeito. É uma Rodovia Estadual, está se deteriorando dia-a-dia. Algumas vezes o tapa buraco já foi feito, mas faz o tapa buraco numa semana, na semana seguinte vem uma chuva e as crateras aparecem. E nós aqui sempre denunciemos de que acidentes fatais poderiam acontecer. Eles aconteceram e as pessoas que estavam dentro daquele gol, que foi abal-roado por essa carreta vieram a falecer, dizimando uma família, parentes, amigos e restando apenas um daqueles que dentro desse veículo estavam e que ainda não tem certeza se vai sobreviver.

Por essa razão Senhor Presidente, Senhores Deputados, que dessa tribuna mais uma vez, fazemos um apelo ao secretário Heinz, ao Diretor Geral do DER, para que promovam o recapeamento daquela rodovia, para que outras pessoas não venham ser vítimas fatais do trânsito que ali é muito presente e que certamente se não houver uma providência do Estado, outras pessoas morrerão para tristeza de todos nós.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Passamos a palavra ao Senhor Deputado José Maria do PSDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião conjunta, da qual abordava o Deputado Orlando Pesuti, entre a Comissão de Obras e a Comissão de Educação. Feliz oportunidade inclusive, Senhor Presidente, para que pudéssemos conhecer com mais inteireza e esta Casa tivesse uma participação oficial do estado de penúria, do estado de lamúria e sobretudo do desespero pelo qual passam vários dos pequenos empreiteiros do Estado do Paraná. São homens que com luta, com dificuldades, enfrentando todas as barreiras adversas, que a vida coloca, criaram seus pequenos negócios, gerando emprego, contribuindo com a sociedade para a melhoria das nossas condições coletivas e pessoais. E, para tristeza e impacto, vimos um homem trabalhador, um homem honrado, fazer um depoimento que não conseguiu terminar Senhor Presidente, porque chorou, chorou ao relatar a realidade dura pelo qual passa aquele pequeno empresário. Chorou teve ousadia, acreditou que ao contratar, que ao vencer uma licitação, que ao vencer uma concorrência num Órgão Governamental, ele teria assegurado os recursos para que pudesse saldar os seus compromissos. Chorou porque não recebe desde setembro. Dizimou a pequena atividade, os seus funcionários ficaram sem receber o 13º salário, os direitos das férias, sem receber os salários. E a obra, para não parar, foi descapitalizando, vendeu o carro, os bens, inclusive bens pessoais da sua casa. E hoje mora na garagem do seu escritório. Ele e a sua família estão nessas condições. Não foi só um. Ao desespero que hoje foi relatado nas duas Comissões no Plenarinho desta Casa, só podemos atribuir uma questão. A irresponsabilidade. Porque os recursos são de origem do BID. Já trouxemos aqui informações no mês de março, quando o Líder do Governo passou uma informação sobre o PROEM, de que o governo em 1992 havia investido no programa 44 milhões, quase 45 milhões. Dos quais o Estado do Paraná havia aportado 14 milhões e o BID 30 milhões. E que o BID antecipou os recursos, porque são paritários 50%. Inclusive, justamente num período pré-eleitoral. As informações tem o Deputado Valdir Rossoni, porque foi ele que me passou.

Hoje o Estado não tem condições de equalizar os trinta milhões colocados pelo BID, e quem paga é o pequeno empresário, o pequeno empreiteiro. O homem que acreditou um dia que, fazendo uma obra licitada, não teria mais condições de tocar a sua atividade. A lamentação, não foi denúncia. Não ouvimos denúncias, ouvimos foi um choro, o desespero de alguns que fizeram obras e que hoje não conseguem receber. Uns inclusive tendo problemas

peçoais, porque quando o desatino financeiro atinge alguém na amplitude, como foi atingido o pequeno empreiteiro Júlio, evidentemente as estruturas peçoais passam a ter dificuldades. Esse é o motivo pelos quais estamos pedindo. Precisamos ter um senso crítico de que é a hora de fazermos com que o Governo tenha algumas prioridades. Que não seja a mídia.

Tenho um relatório do BANESTADO com 102 milhões gastos em propaganda. Tive a pachorra de pegar o volume dos restos a pagar mais de 2 bilhões e meio no exercício de 1998. Ainda sobram para 1999 37 milhões e trezentos para pagar a mídia no exercício de 1998. Aí é que reclamamos. Onde está a prioridade do Governo quando dizima pequenas empresas, dizima empregos e cria o desatino na atividade que é tão importante na criação de empregos? O Governo precisa sentir sensível a esta questão porque daqui a pouco, não teremos mais nada para nos sentirmos sensível.

Com o aparte o Deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado José Maria, queria cumprimentar Vossa Excelência pela sua colocação, e também cumprimentar a Comissão de Educação e a Comissão de Obras, que trás esse problema, porque não dá mais pra ficar só na discussão aqui da Assembléia.

Lamentavelmente o PROEM, criou uma expectativa em todas as escolas do Paraná, e o Governo precisa urgentemente, criar uma situação para salvar uma parte chamada fé pública que o Governo tem, que está totalmente abalada.

Tenho andado também, pela nossa Região e tenho visto, inclusive, diretores de escola, e escolas estaduais que não têm mais o que falar para o pequeno empreiteiro que ganhou essas obras, e que acabou colocando o seu parco recurso lá. E que hoje está vivendo, infelizmente, como tivemos hoje, esse depoimento desse empreiteiro aqui na Assembléia, literalmente embaixo da ponte.

O Estado precisa fazer cumprir a palavra empenhada e a palavra dada, porque o maior patrimônio do Estado é a fé pública que o Governo tem.

Estamos assistindo um esforço dos estados brasileiros, a Federação de um modo geral, mas existem prioridades. Não é possível assistir o que estamos assistindo com esta questão, principalmente dos pequenos empreiteiros, que colocaram, inclusive, a fé que eles tinham no Estado. A fé de poder realizar a obra e poder investir o que tem e de receber.

Então quero também, até como o ouvidor desses problemas todos, em especial da região norte, que a gente tem entendido. Estou vendo hoje,

no jornal a Gazeta do Povo, duas páginas trazendo esta questão do PROEM.

Agora quem sabe o Governo vai dar ouvido, porque enquanto a gente está falando pessoalmente, com o Secretário daqui, outro dali, que o problema está sendo sério, a gente sabe que não é por má vontade, também, de alguns secretários. É um problema conjuntural do Governo e da própria Nação. Mas, que a gente tem a prioridade, em salvar e não deixar matar esse pessoal das pequenas empresas. Não os grandes empreiteiros, porque esses têm quem os defenda, esses têm porta aberta, porque o grande empreiteiro nunca fica para receber do Estado. É só o pequeno, esse padece, esse vai à falência, esse morre de infarte. Sem contar o problema das ações trabalhistas, que têm que enfrentar e têm que pagar inclusive a despeito disso.

Quero então fazer coro com que V. Exa. está dizendo, acho importante que a Assembléia como um todo independente aqui de Partido, assuma esta questão. Porque a única coisa que o governo tem que de patrimônio é a fé pública. O dia que o Governo perder a fé pública, pode fechar a porta. Não é o Governo atual é qualquer Governo. Também não podemos mais ficar só como intermediário, só para levar a resposta negativa daqueles que batem a porta do Governo e a porta se encontra fechada.

O Sr. Ademir Bier

A importância desse encontro hoje pela manhã, a importância da própria imprensa na colocação que fez hoje, no sentido de colocar a verdadeira situação em que se encontra o Estado do Paraná.

Não é só na questão do PROEM, não. Encontramos pequenos fornecedores, que estão até hoje numa situação terrível: gente que está quebrando, fechando as suas portas, por falta de pagamento e por falta de perspectiva de pagamento. Acho que a própria necessidade, da Bancada do PMDB, diversos deputados do PT solicitaram aqui a presença do secretário da Fazenda, justamente para darmos um norte, em que situação se encontram realmente as finanças do Estado do Paraná.

O Sr. Edgar Bueno

Ouvi o Deputado Moysés Leônidas dizendo que o Governo tem fé pública. Quer dizer: "tinha" fé pública. Porque hoje não paga nem os aluguéis de escolas, de núcleos, de delegacias, não paga absolutamente ninguém. Leva todo mundo na conversa, então "tinha" fé pública.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O que nos cabe agora, e cabe a essa Casa, acho que independente de posição política partidária, é buscar o consenso. Conhecemos as dificuldades,

mas não é deixando de pagar o pequeno empreiteiro e criando uma verba que possamos realizar os Jogos da Natureza, é que vamos resgatar o Paraná desta dificuldade angustiante que vivemos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra à Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não pedi aparte ao Deputado José Maria porque faria uso da tribuna. Quero dizer, e responder, ao Deputado Edgar Bueno, que em termos de credibilidade podemos discutir. Lamento a forma como Vossa Excelência colocou o seu posicionamento, porque não esperava, da forma contundente com que Vossa Excelência agrediu o nosso Governador, mas pode ter certeza que dentro de pouco tempo, estaremos...

O Sr. Edgar Bueno

...Pagando as contas.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de Vossa Excelência respeitasse. Se Vossa Excelência quer um aparte, Vossa Excelência me pede e lhe concedo. Não tem nenhum problema em lhe conceder aparte, com o respeito que lhe devo e sempre lhe ofereci.

O Sr. Edgar Bueno

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Logo a seguir. Vejam como se torna difícil governar um Estado, num momento de extrema dificuldade. Concorro quando diz o Deputado José Maria, que temos que ter a sensibilidade e responsabilidade. No momento sobe à tribuna o Líder do PMDB e pede para que aprovemos o Plano de Cargos e Salários dos Professores. Sabemos que no momento em que aprovarmos um plano aqui, automaticamente teremos aumento de despesas ou não estamos trabalhando com seriedade e responsabilidade que alguns pedem e exigem.

Quero dizer ao Deputado Pessuti que estamos baseados numa Lei Complementar nº 96, de 31.05.99, do Presidente da República, onde esta lei proíbe a concessão de vantagens ou aumento de remuneração a qualquer título, a criação de cargos, empregos e funções e alteração na estrutura de carreira, até que os Estados não se enquadrem na "Lei Camata".

Quero comunicar a Vossa Excelência e pedir apoio aos Senhores Deputados para que possamos cumprir a lei, vamos votar contra o seu requerimento de regime de urgência, para o Plano de Cargos e

Salários, justificando esta atitude por duas razões: primeiro, ninguém faz milagres.

O Sr. Basílio Zanusso

Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI

Logo a seguir já dou aparte a Vossa Excelência.

Baseados nesta lei complementar, estamos comunicando ao Deputado Pessuti e pedindo apoio aos Deputados para que votemos contra o regime de urgência e transformação do Plenário em Comissão Geral para objeto desse projeto, porque não é possível que de um lado se exige que se paguem as contas, quando estamos tendo sim, as dificuldades e não temos negado essas dificuldades e de um outro lado, queremos aprovar aumentos quando não estamos conseguindo saldar os nossos compromissos atuais. Tem que ser clara esta questão e trabalhar com responsabilidade.

Quanto à questão do PROEM, gostaria de dizer aos Senhores Deputados que é vontade do governo, e se tudo der certo, correr dentro do que se está trabalhando, não deixaremos nada atrasado no decorrer deste mês próximo.

Para que os senhores tenham uma idéia é claro que existe um pequeno atraso e que envolve um grande número de empresas. Para que um grande número de empresas? Porque cada escola, cada prédio público contratou uma pequena empresa. Foi um trabalho feito lá pela própria escola e por isso que deu um volume enorme de escolas e que hoje temos esse problema. Mas tenho um quadro atualizado da questão do PROEM aqui, neste momento, e faço aqui um relatório logo a seguir, depois que der o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso

Deputado Rossoni, aproveito a oportunidade de Vossa Excelência estar na tribuna e abordar o assunto que, por obrigação minha, deveria dar uma satisfação ao Deputado Orlando Pessuti acerca do Projeto que Vossa Excelência faz referência, Projeto nº 297, que visa a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores da educação.

Apenas para dizer que há poucos momentos estive em contato com o Professor Romeu Miranda, que é Presidente da APP - Sindicato, e em companhia do ilustre professor estava também o Deputado Colombo, e comunicava ao Professor e ao Deputado Colombo que tendo a Comissão recebido da Presidência da Casa o requerimento assinado por quase todos os Senhores Parlamentares desta Casa, pedindo regime de urgência, e assim tendo a Comissão de Justiça recebido agora após um encon-

tro aqui com os professores. A Presidência vai indicar um relator para, em atendimento ao pedido, e vai indicar o relator.

A questão que Vossa Excelência aborda é delicada e deve-se levar em conta a "Lei Camata" que não autoriza a despesa além de 60%. Mas esta questão da constitucionalidade ou não, cabe ao Presidente da Comissão e o Relator que será indicado por nós, haverá de dar condição para o diálogo e a discussão, talvez negociação durante o mês próximo logo após o recesso.

O SR. VALDIR ROSSONI

E é importante que se diga que aprovada qualquer lei aqui que não cumpra essa lei complementar, corre-se o risco, pode acontecer de que o Governo Federal e diz nesta lei complementar, que o Governo Estadual não receberá os recursos federais.

Então nós não podemos cometer este equívoco e prejudicar ainda mais o Estado do Paraná. Mas passo a fazer uma leitura rápida das obras. Todos os Srs. Parlamentares sabem que estas obras iniciadas por volta do mês de maio do ano de 1998, os valores das obras contratadas foram de 52 milhões 541 mil, não vou arredondar os números. Os valores pagos até o presente momento foram de 43 milhões 542 mil. Existem um atraso de 6 milhões e 87 mil que já estão habilitados a receber. Já receberam a primeira, a segunda e a terceira parcela. A quarta parcela apenas falta 275 mil e a quinta parcela que é de maior valor de 5 milhões e 800. Os valores não ainda habilitados. Quando nós dizemos valores não habilitados é porque as próprias APM's ou as escolas não cumpriram ainda as regras ou os documentos necessários para que se efetue o pagamento. É no valor de 2 milhões 912 mil.

O importante que se diga, aqui, o valor total de convênios assinados foi de 52 milhões. O valor pago até o presente momento foi de 43 milhões. Estamos em débito com 6 milhões habilitados a receber, que vão receber no decorrer deste próximo mês. E nós estamos com não habilitados, aproximadamente 3 milhões, que faltam ainda às escolas para se habilitarem. Com aparte o Deputado José Maria.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Rossoni, conheço mais ou menos esses dados porque nós temos buscando acompanhar a questão do PROEM. Confesso que quando não achei, quando votei, não votei favorável ao PROEM aqui, não votei com a preocupação de que fosse tão danoso no outro aspecto que seria o aspecto da construção civil.

Mas a denúncia hoje pelos pequenos empreiteiros no Plenarinho da Assembléia, foi de que mesmo pintado por dentro e por fora não consegue

dar os índices, chega lá o DECON não está aceitando, essas não são minhas palavras, são palavras dos empreiteiros, mesmo pintado por dentro e por fora, o DECON não está aceitando a medição de 75 até onde tem que atingir para poder fazer o repasse de recursos.

Então, está havendo por parte do governo, está dificultando o índice da realização do cronograma físico para que ele possa ser habilitado, talvez aí seja essa diferença.

Gostaria Sr. Deputado, se o senhor pudesse encaminhar uma cópia desse relatório que Vossa Excelência tem em mãos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Este é um relatório que fiz rapidamente porque soube da reunião que houve pela manhã, mas posso encaminhar um relatório oficial, não esse que tenho em mãos, mas o importante é que se diga, que essas informações foram me dadas pelos coordenadores e gerentes do programa do PROEM, então não posso duvidar das informações, foram fornecidas agora uma e meia da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Encerrando do tempo de Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria que Vossa Excelência tivesse aqui-escência de dois minutos como teve com o Deputado José Maria, para que eu encerrasse o meu pronunciamento.

Deputado Irineu Colombo lamento não poder conceder o aparte, quero encerrar aqui o meu pronunciamento, e dizer aos prezados parlamentares e aos ilustres Parlamentares, que sem sombra de dúvidas, nós reconhecemos aqui as dificuldades financeiras que o Estado está passando, deixamos aqui o reconhecimento, sempre citamos esta questão, estamos nos esforçando para resolver este problema, e tenho certeza que num curto espaço de tempo nós estaremos resolvendo este problema, e faremos em esforço muito grande, e vou me dirigir ao Secretário de Obras, para que verifique esta colocação que Vossa Excelência fez, porque tenho certeza que não é determinação do Governo do Estado, porque o interesse do Governo do Estado não é somente saldar as obras já habilitadas, mas sim terminar de pagar todos os convênios assinados no total de 52 milhões. Era isso que tinha que esclarecer aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria legislativa.

Requerimento nº 1508-B, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com apoioimento dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Hermas Brandão, Luiz Carlos Alborghetti e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando transformação da sessão plenária, em Comissão Geral de Plenário, para apreciar o Projeto de Lei nº 234/99, que altera a Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, que criou o serviço social autônomo PARANACIDADE. **Recebido de acordo com o Art. 107 do Regimento Interno.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoioimento dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Algaci Tulio, e Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando preferência na votação da Redação Final ao Projeto de Lei nº 346/99, item 08, da Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 346/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/99 que visa alterar a Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998. (Saneamento do BANESTADO).

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 346/99 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam acrescidos no Artigo 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, os seguintes parágrafos:

§ 4º - Para cumprimento do disposto no § 3º deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a alienar qualquer ativo que tenha recebido em virtude do saneamento do Banco do Estado do Paraná S/A, inclusive bens imóveis.

§ 5º - A gestão dos ativos e demais atribuições que foram conferidas ao Poder Executivo pelos parágrafos anteriores deste artigo, observados os limites, prazos e condições a serem estabelecidos por Decreto, poderão ser transferidas para pessoas de direito público ou, mediante licitação, para pessoas de direito privado."

Art. 2º - O Artigo 5º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer em caução e/ou garantia junto a órgãos do Governo Federal e/ou Banco do Estado do Paraná S/A, ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o limite de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais).

Art. 3º - Os valores de que tratam os Artigos 5º e 6º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, com a redação alterada pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, serão reajustados na mesma forma, prazo e condições previstos no § 2º, do Artigo 2º, da Lei nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, incluído pela Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 28.06.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que registre voto contrário da Bancada do PMDB, ao Projeto nº 346/99 relativo a alteração da Lei de Saneamento do Banco do Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, da mesma forma votação contrária ao presente projeto da Bancada do PT.

O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Para registrar Senhor Presidente também do PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Registro contrário do voto no Projeto 346.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Tudo registrado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 16/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 06/99, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 43/99, que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os fundos de natureza Previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998. RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 148/99

Curitiba, 25 de maio de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 027/99, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, Inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 043/99, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o Autógrafo sobre isenção, nas condições e mediante requisitos que estabelece, da contribuição de servidores e pensionistas estaduais para os Fundos de Natureza Previdenciária instituídos pela Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998. Visa, ainda, o Projeto de Lei em referência, alterar a redação dos dispositivos que especifica, da referida Lei nº 12.398/98, além de adotar outras providências legislativas.

O veto parcial aposto incidiu sobre os itens decorrentes de Emenda dessa augusta Assembléia Legislativa, que, no Art. 3º, pretendem alterar a redação do § 1º, do Art. 34, da Lei nº 12.398/98. Tal dispositivo, caso fosse acolhido, iria, conforme constatado por técnicos da equipe do Secretário

Especial para Assuntos de Previdência, abalar o equilíbrio financeiro e atuarial do Sistema, significando isso dizer que implicariam em aumento da despesa pública, demonstrando, assim, inconstitucionalidade por ofensa ao preceito contido no Art. 68, Inciso I, da Carta Estadual, pela inadmissibilidade de Emendas de tal natureza a projetos cuja iniciativa do processo legislativo é de exclusiva competência do Governador do Estado (Art. 66, Inciso II, da CE).

Outrossim, melhor detalhando os motivos do veto parcial aposto e demonstrando mais amplamente a inconstitucionalidade de que estão eivados os dispositivos acrescidos por Emenda dessa Casa e não acolhidos porque afrontam, também, manifestações expendidas pelo Secretário Especial para Assuntos de Previdência:

“O Art. 66 da Lei-PR nº 10.219/92, determinava que “os serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos deverão ser incorporados ao regime de previdência pública nacional”. É certo que a mencionada Lei-PR nº 10.219/92 ressaltou, no parágrafo único do referido Art. 66, que os serventuários poderiam optar para o regime de previdência estadual, desde que se submetessem a contribuir para o Fundo de Previdência por ela criado, “em montante fixado pelo Conselho Curador, segundo cálculo atuarial”.

Ocorre que em outubro/93 a Lei-PR nº 10.464 extinguiu o Fundo de Previdência, de sorte que desde então inexistiu Fundo para o qual os serventuários não remunerados pelos cofres públicos pudessem contribuir segundo alíquotas calculadas atuarialmente em razão da especificidade do tempo e vinculação ao Poder Público e, portanto exercer a opção ali prevista.

Por outro lado a Legislação Federal, representada pela Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que regulamentou o Art. 236 da Constituição Federal - que trata dos serviços notariais e de registros, exercido em caráter privado pelos serventuários não remunerados pelos cofres públicos - estabelece que os notários, oficiais de registro, escreventes e auxiliares são vinculados à previdência social, de âmbito federal, e têm assegurada a contagem recíproca de tempo de serviço em sistemas diversos.

Não fosse isso, com o advento da Emenda Constitucional nº 20, que deu nova redação ao Art. 40 da Constituição Federal, bem como da Lei Federal nº 9.717/98 e da Portaria/MPAS nº 4.992/99, que regulamentam os Sistemas de Previdência Estaduais, uma vez mais se ratificou que os serventuários não remunerados pelos cofres públicos estão fora dos Sistemas Próprios de Previdência e por conseguinte do Regime instituído pela Lei-PR nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998.

A referida Lei nº 9717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por sua vez estabelece em seu Art. 1º, inciso V, que os regimes próprios de previdência só podem ser instituídos para “cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos”.

Este também é o mandamento da Constituição Federal que em decorrência da Emenda Constitucional nº 20, em seu Art. 40 estabeleceu que o regime de previdência de caráter contributivo com regras de benefícios distintas das estabelecidas pelo Regime Geral de Previdência é assegurado somente aos servidores titulares de cargos efetivos remunerados pelos cofres públicos.

Desse modo, se pela Lei-PR Nº 10.219/92, os serventuários podiam ficar vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado, mesmo que irregularmente, em face da Emenda 20 e da Lei nº 9.717/98 tal não mais pode ocorrer, até mesmo porque, na medida em que não recebem dos cofres públicos, não há como o Estado pagar a contrapartida das contribuições dessa categoria.

Mesmo que fosse factível a inscrição dos serventuários não remunerados pelos cofres públicos, para ser acatada, a emenda aprovada deveria prever a elaboração de cálculo atuarial específico de modo que se definisse com precisão o montante da contribuição daqueles serventuários, incluída a parte patronal e a jóia atuarialmente calculada em função da idade e tempo de serviço de cada contribuinte, como de resto previsto, em relação aos demais servidores, no § 2º, do Art. 78 da Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998.

Por não observar tais requisitos, a emenda, como proposta e aprovada, fere ao princípio constitucional insculpido no Art. 40 da Carta Magna, que determina a observância, pelos Regimes Próprios de Previdência, do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Estas as razões pelas quais se impõe o veto daquele dispositivo aprovado na Casa Legislativa.

Há que se esclarecer, ainda, que as contribuições recolhidas ao IPE deverão compor o patrimônio previdenciário dos serventuários para efeitos da contagem recíproca de que trata o Art. 40 da Lei nº 8.935 e do regime de compensação financeira previsto pelo § 9º do Art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 16/99

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto nº 16/99, oriunda do Poder Executivo tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 43/99 de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre a isenção da contribuição previdenciária de servidores e pensionistas estaduais para os fundos de natureza previdenciária instituídos pela Lei 12398/98.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao veto, constatou-se estar dentro do prazo regimental e constitucional.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Passa-se a votação do veto, o Senhor 1º Secretário anunciará a forma com que os Senhores Deputados votarão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Brandão**)

Os Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção do veto deverão se manifestar votando com a cédula que contenha a expressão “sim”, a cédula branca.

Os contrários à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenha a expressão “não”, cédulas pretas.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai-se iniciar o processo de votação.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação em escrutínio secreto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermes Brandão**)

Procede a chamada para votação nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Votaram 52 Senhores Deputados, designo uma comissão formada pelos Senhores Deputados Antonio Annibelli, Durval Amaral, Traiano e Neivo Beraldin para formarem a comissão escrutinadora.

Votaram 52 Senhores Deputados.

45 com a cédula NÃO.

05 com a cédula SIM,

02 em BRANCO.

Rejeitado o veto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/99, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Fundação Nosso Lar, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 019/99
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Nosso Lar, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.06.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 162/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, denominada de "PR. Dorival Gabriel Bandeira" o trecho da PR 461, que liga o Município de Santo Antônio do Sudoeste à Ampére. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 12.04.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 261/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Igreja Missionária - Os Atalaia Missionários da Última Hora, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 261/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Igreja OMAMUH - Assembléia de Deus do Brasil - IADB, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 266/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 266/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.99.
(aa) CESAR SELEME - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 280/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Menores Ribeirão-Clarenses, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99)**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 284/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pescadores Conscientes de Santo Antônio da Platina, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99)**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/99, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera o Artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998 e adota outras providências (FUNREJUS). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. Apreciar neste turno SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. **Aprovado em 2ª Discussão.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.493, de 22 de julho de 1966, que alterou a Lei nº 11.254 de 21 de dezembro de 1965, que criou o Município de

Bela Vista da Caroba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei 11.800, de 10 de julho de 1997. COM PARECER DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 37, de 04.05.99**)

SECRETARIA DE FAZENDA TRANSMISSÃO DE FAC-SÍMILE

Data: 19.05.99

Destino: LIDERANÇA DO GOVERNO

Em atenção: LYDIA MONTANI

Rementente: WALTER ALVES DE SOUZA

Setor: DIRETORIA GERAL

Total de páginas transmitidas: esta + 01

Fac-Símile - 254.3565

MENSAGEM

Senhora Assessora:

Referindo-me ao Projeto de Lei nº 223/99, encaminho em anexo para seu conhecimento cópia do Parecer nº 759/99, da Inspeção Geral de Tributação desta Secretaria.

(a) WALTER ALVES DE SOUZA- Diretor Geral

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO INSPETORIA GERAL DE TRIBUTAÇÃO

Interessada: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Assunto: Projeto de Lei n 223/99

PARECER Nº 759/99

Trata-se da análise de projeto de lei em trâmite na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que outorga competência ao Secretário de Estado da Fazenda, para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos com base na Lei nº 11.800/97.

No que se refere ao aspecto tributário do referido projeto, cuja manifestação é de competência desta Coordenação da Receita do Estado, não há qualquer óbice legal quanto a sua comprovação

Curitiba, em 19 de maio de 1999.

(a) MARISTELA DEGGERONE
Auxiliar Técnico-D

De acordo: Elizete Gollembiowski Crispim- Chefe do Setor Normativo,

De acordo: Encaminhe-se ao Gabinete da CRE - Francisco Xavier de Oliveira - Inspetor Geral de Tributação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Alborghetti, Beto Richa, e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária, em Comissão Geral de Plenário, para apreciar o Projeto de Lei nº 223/99. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, nobres Pares, companheiros Deputados.

Em Comissão Geral esse relator tem o seguinte Parecer sobre o Projeto de Lei nº 223/99, de autoria do Deputado Neivo Beraldin- que outorga a competência ao Secretaria de Estado da Fazenda, para dispor sobre os parcelamentos de ICMS concedidos, com base na Lei nº 11.800 de 10.07.97,.

Sobre o aspecto constitucional, regimental e legal, não há nada que óbice a tramitação desse projeto nessa Casa de Leis, razão pela qual dou o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o parecer. **Aprovado.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Educacional Infantil Meu Primeiro Mundo do Município de Quitandinha. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. nº 58, de 31.05.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 275/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação do Centro Educacional Infantil Meu Primeiro Mundo do Município de Quitandinha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/99, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/99, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA CORRETIVA **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 277/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Bela, no Município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 277/99

O artigo 1º desta Lei passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Bela, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

01 ilegível.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, fica declarada de Utilidade Pública a APMI Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede e foro no Município de Janiópolis. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 01.06.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 293/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, tem por objetivo

declarar de Utilidade Pública a APMI- Associação de Proteção à Maternidade e Infância, com sede e foro no Município de Janiópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei 6.994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação. entretanto, apresentamos emenda corretiva, apenas para adequá-lo às normas legislativas.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma do emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 293/99

O Artigo 1º desta lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI- Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Janiópolis e foro no Município de Campo Mourão.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZAANUOSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoioamento:

01 ilegível.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/99 de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio, Valorização e Integração de Deficiente Auditivo - A.A. VIDA, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 70, de 16.06.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 335/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Apoio, Valorização e Integração do Deficiente Auditivo - A.A.VIDA, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa. Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/99, de autoria do Deputado Moysés Leônidas, que define concursos de Prognósticos Integrantes do Sistema Lotérico do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77, de 23.06.99)**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1496, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nºs. 1501 e 1502, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Retirados pelo autor.**

Requerimentos nºs. 1503 a 1506, de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1498, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Péricles Mello e Edgar Bueno, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Pelo entendimento da nossa parte esse requerimento da Comissão Geral, é apresentado no dia de hoje, e será apreciado na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Só que acontece o seguinte Deputado, é que o projeto não está na Ordem do Dia de hoje, e não previsão para amanhã. Então se o requerimento for aprovado, coloco na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, na semana anterior nós tivemos neste Plenário centenas de professores e trabalhadores na área da Educação do Estado do Paraná.

Naquele momento não só nós que subscrevemos aqui hoje, esse requerimento representando a

Bancada do PMDB, e Deputados do PSDB e do PDT, mas toda a Assembléia Legislativa pela unanimidade dos membros que a constitui presentes naquela sessão, aprovamos o requerimento conferindo a este projeto que estabelece o Plano de Cargos e Carreiras e Salários Regime de Urgência em sua tramitação. Naquela mesma oportunidade ficou entendido nas conversações nesse Plenário, que na terça-feira, da semana passada, por ocasião da reunião da CCJ seria designado um relator. Isto não aconteceu.

Ficou entendido posteriormente que essa designação ocorreria na terça-feira, dessa semana, o que também pelo que nos consta não aconteceu e, entendemos nós que estando o projeto em Regime de Urgência. Poderíamos a exemplo de outros projetos ter a sua discussão em Comissão Geral de Plenário, iniciar a sua discussão, evidentemente, no dia de amanhã. Porque afinal de contas amanhã será a última sessão deste período ordinário dessa legislatura, e nada impediria que nós no dia de amanhã, pudessemos aqui analisar a constitucionalidade e a legalidade desse projeto apresentado por Deputados integrantes desta Casa.

Não vejo que nenhum prejuízo traria a maior para o Estado do Paraná, nós discutiremos o Plano de Cargos e Carreiras e Salários, até por que nas avaliações que têm sido feito nas manifestações, que foram feitas dessa tribuna, pelo Professor Romeu, entendeu-se que o Plano de cargo e Carreiras e Salário não representaria no presente instante o aumento nas despesas financeiras do Estado, em relação aos trabalhadores na área de Educação. Mas **sim disciplinaria a ascensão dentro do cargo do magistério e dos trabalhadores em Educação.**

Em razão do compromisso que nós todos assumimos não só com aqueles professores, que estavam presentes, mas com todo o magistério e os trabalhadores de educação do Estado do Paraná, é que nós reivindicamos esta oportunidade de em Comissão Geral de Plenário analisarmos este projeto. Até para que não paire nenhuma dúvida, de parte dos trabalhadores da Educação do Estado, de que aquela manifestação nós analisaríamos o Projeto em Regime de Urgência era apenas e tão somente uma fachada para aquela sessão, e que dispersada a mobilização dos professores, esta Assembléia daria o tratamento que vinha dando a tramitação dos projetos.

Entendo que naquele momento, assumimos um compromisso e não só nós, como o Líder do Governo assumiu na tribuna um compromisso de apoiar, como apoiou assinando e votando a favor do Regime de Urgência, que nós não venhamos agora a desautorizar aquilo que o Plenário decidiu, que nós não venhamos aqui desautorizar, aquilo

que cada um de nós nos manifestamos naquela ocasião.

Por essa razão solicito aos Senhores Deputados que aprovem o requerimento possibilitando ao Senhor Presidente incluir o projeto na Ordem do Dia de amanhã, dia 30 de junho.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, falei da tribuna quanto à questão do apoioamento ou não ao requerimento do Deputado Pessuti e tenho sentido benevolência. Pena que isso não ocorreu quando o líder do governo, porque teria se tornado mais fácil e as coisas teriam sido implantadas. Quero pedir aos parlamentares para que votemos contra a transformação em Comissão Geral, da nossa Sessão, pelo motivo que já li da tribuna. A Lei Complementar 96 de 31.05.99 proíbe o Estado a aprovar qualquer concessão ou criação de cargos, empregos ou salários. Leio apenas um item. O artigo 5º desta Lei diz o seguinte: "A inobservância do artigo anterior, ou após o prazo ali previsto do disposto no artigo 1º, implica, enquanto durar o descumprimento, a suspensão dos repasses das verbas federais". Acredito que a aprovação desta lei criaria dificuldades ao governo. Peço que votemos contra a transformação da sessão de amanhã em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento...

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)

Quero contraditar a fala do Deputado Rossoni, com encaminhamento contrário a esse requerimento, dizendo que a lei que obriga o Estado do Paraná a ter um Plano de Cargos, Carreira e Salários aos trabalhadores da Educação, é a Lei 9424/96, legislação federal, do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Magistério e que o Estado do Paraná, em 97 deveria ter feito isso, em 98 não fez isso, e estamos em 99 e o Estado do Paraná, Deputado, mandou, pelo menos tentou o PLADEP que era um plano que criava o plano de Cargos, Carreira e Salário. Então uma coisa não tem nada a ver com outra. Tem que cumprir uma legislação federal, a Lei 9424/96. Se vai aumentar ou diminuir despesas é outro detalhe. O Plano pode prever que a Carreira do Magistério tem menos majoração salarial ou nenhuma. Nada impede, conforme foi bem colocado pelo Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Deputado Basílio Zanusso, no sentido a responsabilidade do Parlamento de receber os projetos e tendo hoje o aval político de 99% dos Deputados desta Casa, que o projeto ande, fazendo uma discussão ampla desse problema. Então o Plano de

Cargo, Carreira e Salários não se contradita à legislação ora mencionada pelo Deputado Rossoni, porque aumenta salário. Não estamos votando um aumento de salário e sim um Plano de Cargo, Carreira e Salário.

Senhor Presidente, em respeito aos professores do Paraná, acho que a Assembléia deveria dar continuidade ao apoio que se manifestou publicamente e votar favoravelmente à instalação da Comissão Geral para que possamos analisar, sem prejuízo de, derrotada a proposta do Presidente da nossa Comissão de Justiça a quem prezamos, que cumpra com a sua função regimental, de nomear um relator para que possamos discutir o Plano de Cargo, Carreira e Salários aos professores e funcionários da Educação do Paraná.

O Sr. Basílio Zanusso

O Deputado Rossoni já havia manifestado da tribuna, sobre o fato de a Lei Complementar proibir o Poder Público, dispendir mais de 60% de sua receita - Lei Camata.

Talvez seja o dispositivo mais importante da Constituição de 88. Todos nós sabemos do descalabro da economia da atividade pública que foi o empreguismo, coisa de muitos anos e que, felizmente, pelo menos isso a Constituição de 88 dispõe. E agora, regulamentada por lei complementar, é que passa a exigir inclusive dos Tribunais que o Poder Público que não gaste mais de 60% de sua receita com sua folha.

É um argumento, realmente, forte e que tem que se considerar. Por outro lado, até mesmo, vou votar com o Deputado Rossoni. Mas estive também com o Deputado Colombo há poucos minutos em companhia do Presidente da APP - Sindicato, e que eu comunicava que tendo a Comissão de Justiça recebido de S.Exa. o Presidente da Comissão, o documento subscrito por quase da totalidade dos senhores Deputados desta Casa, não cabe a este Deputado, à Presidência da Comissão de Justiça se não indicar o Relator para esta matéria, da maior relevância, que se constitucional ou não, haverá de se pronunciar a Comissão de Justiça certamente. Mas, enquanto encaminhamento, votarei com o pronunciamento do Deputado Rossoni, contra o pedido que faz o ilustre Deputado Pessuti até pela magnitude, pela importância do projeto, Senhor Presidente, para que se tenha tempo. Pelo menos agora, designado o Relator, esta Casa apreciar tão logo decorra o recesso de julho, esse documento que sem dúvida alguma é um dos projetos mais importantes desta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, vejo a colocação de aumento de despesa de Lei Camata e tudo. Gostaria

de colocar, aqui, a posição da Assembléia. recordo que fui à tribuna, Senhores Parlamentares, com esta galeria cheia de professores vindos das mais variadas regiões do nosso Estado do Paraná, inclusive comemorando uma caminhada de professores que saíram de Ponta Grossa até Curitiba a pé. Buscando o quê? Plano de Cargos e Salários, Deputado Basílio. O pedido de aumento, o pleito dos professores por aumento não está dentro deste Projeto que nós vamos votar, é separado. Respeito a posição do Tesouro de saber se pode ou não pode dar aumento ao funcionalismo. Mas pela vez primeira, talvez, a única coisa que o professor pede neste projeto, é a manutenção do "status quo". Quer dizer, é ter uma carreira entrando por concurso público, é ter nível nas carreiras, é ter garantia de qualidade de ensino e nada mais do que isso.

Portanto, é constitucional? É constitucional. Vai votar em agosto, vai votar em agosto, Deputado Rossoni. A única coisa que amanhã votaria é a constitucionalidade que esta é constitucional. Teríamos todo mês de julho de recesso, mais quanto precisasse de agosto, no mês de agosto para discutir, para chamar na Comissão de Educação, na Comissão de Constituição e Justiça seja onde for.

Olha, esta Casa não pode pecar dessa forma. Ontem, Senhores Deputados, nós votamos em regime de urgência aqui no Plenário um adendo ao projeto do BANESTADO tão importante instrumento do nosso Estado, mudando as regras da venda do Banco transformando em Comissão Geral. Entrou segunda-feira, hoje está votado e autorizado.

Agora, o Plano de Cargos e Salários dos Professores! Nós que cantamos a música - PROFESSORINHA, Senhor Presidente, aqui com uma bela apresentação, recebendo aplauso dos professores, vamos esquecer agora e dar o voto de constitucionalidade para as nossas professorinhas? Para os nossos professores? Para os funcionários da Educação do Estado do Paraná?

Acho que podemos depois discutir o mérito sim, concordo Deputado Rossoni, discutir o mérito com mais profundidade lá no mês de agosto. Mas a constitucionalidade ela existe, é um plano já existente por sinal. É só dizer: É constitucional? É. E vai votar depois no mês de agosto mas pelo menos não vamos frustrar aqueles que aqui estiveram, voltaram para suas casas, contando lá para os outros professores: Olha, estivemos na Assembléia e todos os deputados assinaram pedido de urgência. Bom, agora não vale mais. Acho que essas coisas desmerece o conceito do parlamentar junto à opinião pública, peço que votemos, transformando o Plenário em Comissão Geral, a constitucionalidade e discutimos o mérito depois no 2º semestre.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pessuti, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pessuti queiram levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, peço permissão para registrar o voto favorável do Deputado Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Edson Strapasson, Ademir Bier, Caíto Quintana, Divanir Braz Palma, José Maria Ferreira, Péricles Mello, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi e Beto Richa, ao nosso requerimento de Comissão Geral para aprovarmos o PCCS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Doze Deputados aprovam, Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e três rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 1466 de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1487, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1490, 1491 e 1508-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1493, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1494, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Accorsi, Hermas Brandão, Algaci Tulio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1495, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1499, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1500, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n^{os} 1448 a 1453 e 1455 a 1460, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitados.**

O SR. 1^o SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Quero anunciar a presença a pedido do Deputado Ricardo Maia, dos Vereadores, Presidente da Câmara de Sarandi, João Barbarala e João Dutra, e a presença do Jornalista Cesar Lima, proprietário do Jornal de Marialva e a pedido do Deputado Ademir Bier, a presença do Prefeito de Missal, Laci Giehi.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n^o 234/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n^{os} 095, 098, 276, 292 e 338/99.

2^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 223, 275, 277, 293 e 335/99.

1^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n^{os} 182, 315 e 320/99.

Levanta-se a sessão.